

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: ALTERAÇÕES NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, REFLEXÕES, CONCEPÇÕES E OS MALEFÍCIOS PARA A EDUCAÇÃO

Francisca Trifêna Silva Faustino¹

Emanuele do Nascimento Vieira²

Francisco de Assis Francelino Alves³

RESUMO

O artigo aborda sobre a reforma do ensino médio que fora aprovada em 2017 no Brasil. Sabendo que, nos próximos anos a reforma será implantada em todo o território brasileiro, resolvemos desenvolver uma pesquisa, objetivando conhecer se existe uma conscientização da população sobre a reforma e suas implicações na sociedade e, se as pessoas estão sabendo mesmo o que irá acontecer e se acreditam que as escolas e professores estão sendo preparados para receber essa mudança tão radical para a educação. É uma investigação de caráter descritivo, qualitativo e quantitativo onde buscou-se observar e colher informações sobre os pontos negativos, na visão dos entrevistados sobre o que essa reforma irá trazer para a educação brasileira. Sendo assim, essa pesquisa tem por objetivo maior mostrar o que as pessoas pensam sobre a tal reforma, explanando sobre o que conhecem e o que não conhecem. A pesquisa foi realizada por cerca de 49 alunos do município de Maracanaú, Pacatuba e Fortaleza no Estado do Ceará.

Palavras-chave: Reforma, Ensino médio, Educação, Alunos, Escolas

INTRODUÇÃO

Em 2017, o Ministério da Educação, do Presidente Michel Temer promoveu uma mudança no ensino médio. A reforma do Ensino Médio proposta pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016, foi aprovada e transformada na Lei nº 13.415 em 16 de fevereiro de 2017. Muitas mudanças na educação básica foram planejadas, sendo as principais alterações, a carga horária das aulas que passa de 2400h para 3000h e o ensino flexível de acordo com os interesses dos alunos, mas que retirou algumas disciplinas obrigatórias do currículo do ensino médio.

O novo Ensino Médio fundamenta-se na ideia de que existe uma possibilidade de reversão da baixa qualidade da educação no país e tornar o ensino mais atrativo via reforma, fazendo com que os alunos sintam desejo de ir à escola. Sendo assim, ao serem atraídos pela escola, poderem melhorar seus desempenhos e a educação avançaria. Mas, sabe-se que o

problema não é tão simples de se solucionar assim e exige mais atenção e mais investimento de ações que possam realmente reverter esse cenário.

É um dos pontos da nova proposta o aumento da carga horária das aulas, totalizando um real aumento de 25% com a implantação da reforma, o que se configura numa grande dificuldade para os alunos que possuem baixa renda e necessitam trabalhar para sustentar suas famílias. Muitos são os problemas quando olhamos para o cenário dos alunos no ensino médio, dentre eles, o número elevado de casos de gravidez na adolescência, momento em que muitos jovens necessitam abandonar a escola para trabalhar e/ou cuidar de seus filhos, aumentando a carga horária, as dificuldades apenas aumentam, podendo aumentar as taxas de evasão escolar. De acordo com os estudos de Silva e Boutin,

Um dos pontos de grande discussão a respeito do Novo Ensino Médio é a ampliação [...] da carga horária anual a ser cumprida pelo aluno. Cabe pensar em quem é este aluno do ensino médio brasileiro. Levando em conta os problemas socioeconômicos dos usuários da escola pública, há de se considerar que muitos jovens, matriculados no ensino médio, contribuem para a renda familiar. Um aluno trabalhador dificilmente concluiria o curso nesse novo formato proposto. (Silva & Boutin, 2018)

Vale lembrar que “na sociedade capitalista, a relação antagônica entre Capital e Trabalho gera não apenas contradições existentes na sociedade, como determina a luta de classes sobre diferentes aspectos da vida social, inclusive no campo da educação.” (Ferretti & Ferretti, 2017)

Sabe-se que, ao aumentar a carga horária escolar, há uma grande necessidade em reforçar a estrutura da escola. Além disso, ao propor um ensino em tempo integral, necessita-se aumentar: o número de refeições diárias que os alunos deverão receber e número de professores no quadro da escola.

Esses investimentos tornam-se onerosos, principalmente diante da crise econômica que o país enfrenta nos dias atuais, onde existe uma grande possibilidade de não haver recursos financeiros suficientes para ampliar as escolas que receberão essa implantação, gerando uma série de futuros problemas na educação. Nessa situação é importante frisar que “ampliar a carga horária sem ampliar a estrutura física das escolas e o número de profissionais da educação é ampliar a precariedade.” (Silva & Boutin, 2018).

Para que a educação seja significativa, deve-se ter um cuidado maior com o projeto da reforma. Levando em consideração que não é essencial apenas que o aluno passe mais tempo

na escola, mas que haja projetos eficientes para oferecer aos estudantes uma educação mais completa.

Os Itinerários formativos são disciplinas, projetos e até mesmo cursos que o aluno poderá fazer de acordo com os seus interesses. Cada escola poderá oferecer itinerários diferentes e cursos de formação técnica e profissional. Porém, sabe-se que para oferecer esses itinerários necessita-se de recursos financeiros e investimentos para a implantações desses projetos.

Tendo em vista que a reforma do ensino médio se encontra aprovada pelo Congresso Nacional e que suas estruturas estão prontas para serem implantadas no país, o presente artigo tem por objetivo realizar uma pesquisa quantitativa sobre o grau de conhecimento das pessoas sobre a reforma o ensino médio, que altera a Base Nacional Comum Curricular e sobre os possíveis malefícios que essa reforma trará para a educação. Além disso, a pesquisa trará possíveis reflexões sobre as políticas educacionais brasileiras.

METODOLOGIA

A realidade da educação e, especificamente, do ensino médio no Brasil nos dias atuais é no mínimo complexa e bastante confusa no meio da população e principalmente no ambiente educacional, onde deveria haver maior esclarecimento e conscientização. Convivendo com essa realidade no dia a dia, o anúncio da mídia, as propagandas de governo e as minutas de documentos governamentais, resolvemos partir para uma investigação objetivando constatar a real situação sobre o conhecimento e o desconhecimento da mesma sobre esse significativo fato novo, a reforma do ensino médio.

Para a realização da pesquisa de campo, foi elaborado um questionário para conhecer o que as pessoas entendem e que o não entendem sobre a reforma do ensino médio. Esse questionário foi respondido por 49 pessoas, sendo principalmente alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

A pesquisa se desenvolveu dentro de uma abordagem descritiva e, em algumas etapas utilizamos um componente quantitativo e visou, a partir dos resultados das respostas dos questionários fazer uma análise sobre o que as pessoas esperam e sobre o que já sabem e não sabem. Segue o modelo de questionário proposto.

QUESTIONÁRIO - A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Curso: () Química () Engenharia Ambiental () Engenharia de Controle () Engenharia Mecânica () Ciência da Computação. () Outro _____

1. Idade:

() 18 anos - 20 anos () 20 anos - 25 anos () 25 anos - 30 anos () 30 anos - 40 anos
() 40 anos - 60 anos

2. Você conhece o texto da reforma do ensino médio? () Sim () Não

Você sabe quais pontos serão alterados no ensino médio? () Sim () Não. Se sim, cite alguns.

3. Na sua opinião, as escolas e os professores estão preparados para a reforma do ensino médio?

4. Na sua opinião, quais são os benefícios que a implantação da reforma do ensino médio trará para a educação?

5. Na sua opinião, quais são os malefícios que a implantação da reforma do ensino médio trará para a educação?

6. Como professor, você acredita que será beneficiado ou prejudicado pela reforma do ensino médio? () Beneficiado () Prejudicado () Nenhuma das opções acima

7. Quais são os benefícios e os malefícios que você acredita que essa reforma trará para a educação?

Fonte: Autores (2019)

DESENVOLVIMENTO

Nos dias atuais, em pleno século XXI, estamos vivendo um grande impasse na educação brasileira com o anúncio da reforma do ensino médio. O modelo atual que possuímos foi anunciado na lei nº 9394/96 em 20 de dezembro de 1996 e incluído nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Para muitos autores essa lei é de grande valor e foi bastante pensada antes de ser aprovada e executada, fato que ficamos em dúvida se é o que está realmente acontecendo nos dias de hoje com a aprovação da reforma do ensino médio.

Hoje, possuímos uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é obrigatória por lei, e prevista na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE), e seus enunciados e pressupostos irão se constituir na base, na matriz norteadora para os currículos das escolas de todo o país, sendo elas públicas ou privadas, garantindo que todos os estudantes do ensino básico do país, independente da região onde vivem e de suas classes sociais, tenham direitos iguais a educação.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

É na realidade um documento de grande relevância para os rumos da educação do país e para a formação de toda uma sociedade. Esse documento vem sendo construído e reconstruído desde a Constituição Brasileira de 1988 até sua homologação do novo Ensino Médio em 2018. Em 2015, a primeira consulta vai à público para consulta. Em maio de 2016, sai a segunda versão da BNCC e em abril de 2017, finalmente, o MEC entrega ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a terceira versão da BNCC, com as partes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Em 15 de novembro de 2017, o CNE aprova a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e então a Base Nacional Comum Curricular é homologada.

Em relação as mudanças, a Base Nacional Comum Curricular registra-se um novo foco, que diz respeito as habilidades, e as competências, protagonismo e autonomia da formação. As 10 competências gerais da Base Nacional Comum Curricular que fazem parte do documento são: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania. Essas competências também são válidas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

No que diz respeito a carga horária, antes de 2400h, hoje essa carga horária total passa de 3000h que são divididas em 3 anos. Sendo assim, os alunos passam a ter 5h de aulas por dia em 200 dias letivos ao ano que são divididos em dois semestres obedecendo a Lei de Diretrizes e Bases. Mil e oitocentas horas são determinadas pela Base Nacional Comum Curricular, onde os alunos terão aulas voltadas ao currículo proposto pela Base. As disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática serão as únicas obrigatórias pela BNCC a partir da execução da Reforma do ensino médio. As demais 1200h serão flexíveis as escolhas dos educandos, onde eles terão o livre poder de definir seus itinerários formativos. (BNCC, 2018)

Nos itinerários formativos, os alunos irão aprofundar seus conhecimentos em uma ou mais áreas de conhecimentos como Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e códigos e matemática e suas tecnologias. Além disso, os alunos poderão realizar cursos no

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os itinerários também poderão ter 20% de sua carga horária à distância (EAD), o que significa 240h.

O Exame Nacional Do Ensino Médio (ENEM) deverá se adequar a BNCC, como ela será alterada, acredita-se que em 2020 o exame também se modifique. Sendo assim, espera-se que ele seja realizado em 2 fases: Conhecimentos Gerais de acordo com a BNCC e a área de conhecimento específica que o estudante escolheu.

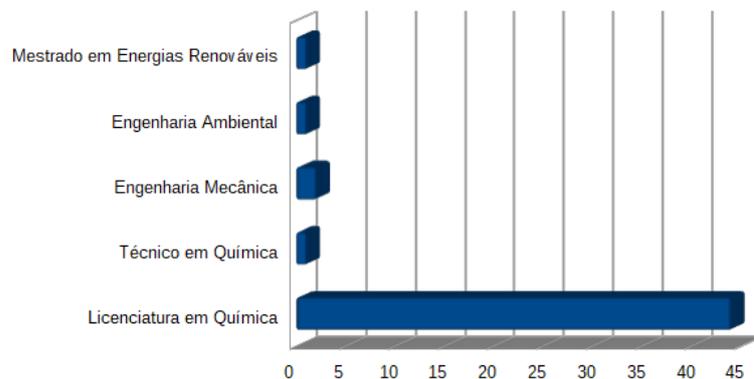
RESULTADOS E DISCUSSÃO

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi aprovada e divulgada pelo CNE(Conselho Nacional de Educação), desde o dia 14 em dezembro de 2018, pelo Ministro da Educação Rossieli Soares que homologou o texto referente às mudanças que ocorreriam no ensino médio. O texto já estava em elaboração desde 2015, e ao decorrer desses anos houve uma divulgação sobre a nova Base através de comerciais na tv, por vídeos em redes sociais, por palestras e seminários além do site oficial que contém o texto completo recheado de informações referentes às reformas que ocorreu no ensino infantil, fundamental e agora no médio.

É de conhecimento público que a reforma acontecerá, e isso disseminou várias interpretações com inúmeros pontos de vista sobre como essa reforma afetará a relação de ensino-aprendizagem, principalmente, no que diz respeito a preparação e adequação das escolas e dos professores, para essa nova realidade estão preparadas para sofrer esse tipo de mudança, entre outras questões. Considerando tudo isso, esses questionamentos abrem uma nova linha de discussão, sobre o grau de conhecimento das pessoas acerca da reforma do Ensino Médio.

Com essas considerações em mente, foi feito uma pesquisa com 49 pessoas que se disponibilizaram a responder o questionário no Instituto Federal do Ceará (IFCE), Campus Maracanaú. Como o questionário quer quantificar e qualificar o conhecimento público em relação à BNCC e a reforma do ensino médio, as pessoas que responderam o questionário, poderia ser de qualquer curso. Assim, antes da primeira pergunta, houve a identificação sobre quais os cursos dos alunos que responderam o questionário. O resultado segue no gráfico 1:

Gráfico 1 - Os cursos dos entrevistados

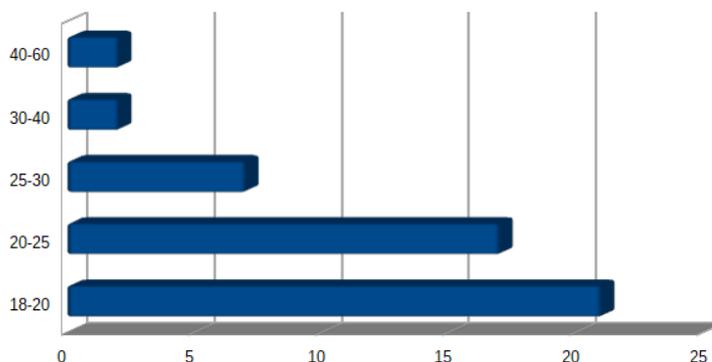


Fonte: Autores (2019)

O questionário foi aplicado com algumas pessoas que encontramos nos corredores e nas salas de aulas. 90% dos alunos pertenciam ao curso de Licenciatura em Química. A ideia era ter a maior parte dos alunos de licenciatura respondendo o questionário, mesmo que a aplicação da BNCC seja para conhecimento público, vemos o interesse maior no curso de licenciatura, pois como futuros professores, devem saber as alterações que ocorrerão no ensino médio, pois essas mudanças afetarão diretamente o dia-a-dia dos professores e a organização das instituições escolares.

A primeira pergunta do questionário, era referente a idade dos entrevistados. Como esta pesquisa se encontrou limitada dentro do IFCE, a idade dos alunos pode ser variada, e devido à isso foi necessário separar as idades em grupos, para ter uma certa noção de qual público a entrevista alcançou. Os resultados das idades seguem no Gráfico 2:

Gráfico 2 - A idade dos entrevistados

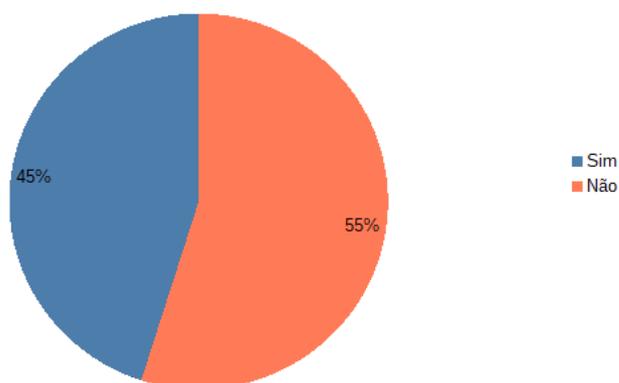


Fonte: Autores (2019)

Vimos que a maioria se encontra na faixa dos 18 à 20 anos contendo 45%, e as pessoas de 20 à 25 anos contendo 35% das pessoas. Como universitários que saíram do ensino médio recentemente, ainda tem lembranças de como ocorre os processos de ensino-aprendizagem, estruturas e organizações de como funciona o ambiente escolar antes da reforma, podendo então perceber quais são os pontos que mais serão afetados com o novo ensino médio da BNCC.

A segunda pergunta se refere ao grau de conhecimento das pessoas referente ao texto da reforma. Por mais que esteja no site oficial da BNCC um texto oficial com 600 páginas sobre as aprendizagens essenciais que os alunos devem praticar ao decorrer dos dentro da educação básica. Então, o gráfico 3 refere-se à quantidade de pessoas que possuem conhecimento e sabem o conteúdo do texto da reforma.

Gráfico 3 - Entrevistados que têm conhecimento do texto da reforma



Fonte: Autores (2019)

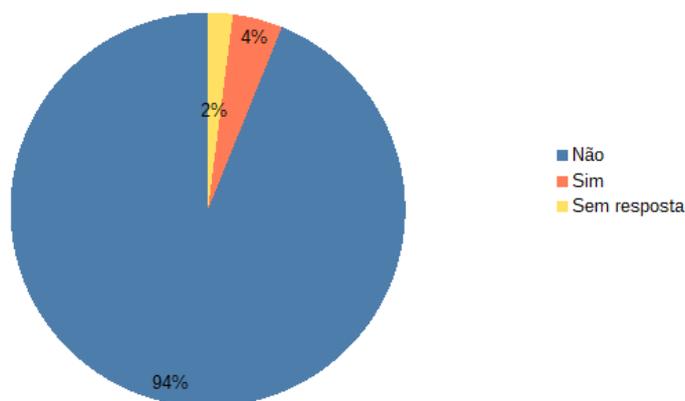
Constatou-se que 55% dos entrevistados não sabiam da existência do texto da Reforma da Educação Básica, enquanto os outros 45% sabiam da mudança. Por isso, foi perguntado aos que tinham conhecimento do texto da Reforma do Ensino Médio, onde se encontraria as principais mudanças. As respostas foram separadas em 2 categorias.

A primeira categoria é referente ao conhecimento dos itinerários formativos e à carga horária que será aumentada para 1.800 horas. 4,35% das pessoas que sabiam do texto da BNCC, sabiam desta mudança, enquanto 43,48% sabiam apenas da flexibilidade das disciplinas pois escolherão as matérias para se aprofundar, tendo matemática e português como obrigatórias. Os outros 52,17% não sabiam responder a pergunta.

Isso mostra que mesmo eles tinham conhecimento do texto da reforma, mesmo com algumas limitações, mas tinham alguma ideia ainda vaga da reforma. A sociedade e a escola estão interligadas, pois a escola sempre ajudou a sociedade a se desenvolver, e ela tem um papel fundamental para a criação dos cidadãos. Não existe escola sem sociedade, nem sociedade sem escola. É necessário a participação da sociedade nos processos escolares pois ambas contribuem para o desenvolvimento do cidadão. Por isso, é importante a sociedade saber como as instituições escolares funcionam. De acordo com Denis Renan Correa (2016): “A BNCC é um instrumento de controle e poder cujas implicações podem ser desastrosas numa sociedade na qual os setores sociais mais retrógrados parasitam e administram o aparelho estatal. ”

Como a reforma será aplicado no ano de 2020, existe uma grande discussão sobre a preparação das escolas para se adequar à reforma. No Gráfico 4 mostra o que os entrevistados acham sobre essa questão:

Gráfico 4 - As escolas estão preparadas para a reforma da BNCC



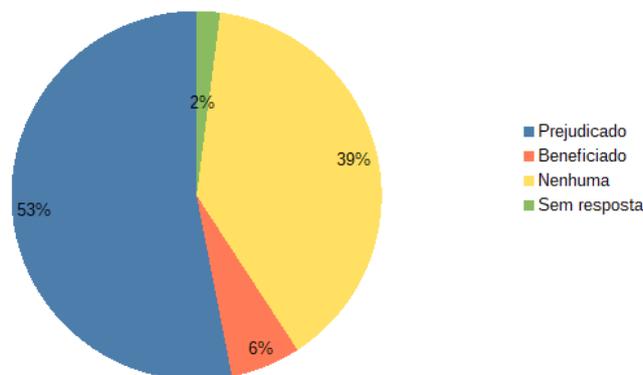
Fonte: Autores (2019)

A grande maioria concorda que as escolas não estão preparadas para uma mudança radical como essa. De acordo com os entrevistados, as escolas no estado do Ceara, atualmente, já sofrem com problemas com falta de estrutura e recursos, pois para a aplicação dos itinerários formativos, as escolas precisaram ainda mais de suporte técnico, estrutural e profissional. Um fato interessante revelado é que mesmo aqueles entrevistados que são a favor da reforma, sentem um despreparo das escolas nesse quesito, principalmente nas escolas de cidades pequenas.

Como a maior parte dos alunos que responderam à pesquisa são estudantes de Licenciatura em Química, verificou-se a necessidade de perguntar para esses futuros

professores, como eles se sentem em relação à profissão com a aplicação da reforma. No gráfico 5 mostra as respostas dos alunos acerca desta pergunta.

Gráfico 5 - Como os entrevistados seriam afetados com a reforma



Fonte: Autores (2019)

A maioria dos entrevistados disseram que serão prejudicados com a reforma. Boa parte respondeu, que isto se dá pelo fato de estarem cursando Licenciatura em Química, um curso na área das ciências exatas e da natureza, em que a maioria das pessoas têm dificuldade e os alunos não simpatizam muito com a disciplina. Não podemos esquecer que o professor é um dos maiores responsáveis pelo processo de formação e de ensino aprendizagem, ele acaba sendo esse responsável direto, é ele que está na ponta, é ele que está no dia a dia com os alunos e com a comunidade. De acordo com Frangella, Rita de Cássia Prazeres Dias, Rosanne Evangelista (2018):

Embora a BNCC tenha como foco principal dos debates o currículo da escola básica, a questão da docência atravessa o seu conteúdo de diversos modos: seja porque a BNCC pretende ser um “guia” orientador do currículo a ser desenvolvido pelos professores em sala de aula, seja pelos discursos que produz em torno do papel da docência na sua relação com o currículo.

Entre as pessoas que disseram que haverá benefícios com a implantação da BNCC, as respostas acabam tendo diferentes pontos, devido a isso, houve a separação de 2 categorias diferentes.

A primeira categoria é referente à escola desbravar as habilidades específicas dos alunos, esta categoria obteve 66,67% das respostas, enquanto a segunda categoria desta pergunta, obteve 33,33% das respostas acerca das escolas serem obrigadas a ter uma padronização de acordo com alguns dos entrevistados.

Os entrevistados que responderam que seriam prejudicados com a reforma, também tiveram uma oscilação das respostas que também foram separadas em duas categorias. A primeira se refere aos que se preocupam com o desprestígio curricular, chegam a lembrar que algumas disciplinas serão afetadas com e a desvalorização das mesmas. 72% dos alunos responderam que esse seria um dos maiores malefícios da aplicação da reforma. Alguns ainda chegaram a dizer que “as disciplinas que não seriam de obrigatoriedade para os alunos, fariam com que eles tivessem uma formação falha, pois muitas disciplinas em conjunto são capazes de formar um cidadão crítico, com conhecimento cultural, social, matemático, linguístico, tecnológico e científico”. Outra categoria de resposta, destaca a estrutura das escolas, creca de 28% das respostas, revelaram e anunciaram esse fato com destaque como já havíamos previsto em parte do artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases em seu art.26, o currículo da educação básica deve ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Com a criação e implantação da BNCC, as escolas terão que fazer uma reelaboração nos seus currículos, terão que investir na formação continuada dos professores, ocorrerá uma revisão no material didático e nas avaliações externas. Tudo isso para que o aluno consiga desenvolver as habilidades necessárias para se adequar às demandas da sociedade atual. Além de ter um compromisso com a educação integral, a BNCC deixa as escolas prepararem suas propostas pedagógicas que considerem a necessidade e interesses dos estudantes, conforme sua região, etnia, cultura e identidade linguística.

Como a BNCC é um conceito novo, que já está em conhecimento público, mas há divergências de interpretações quanto à sua obrigatoriedade, suas implantações e sua estrutura. A maioria dessas dúvidas, estão baseadas no não conhecimento das pessoas acerca do texto. Por isso, a importância de saber, de refletir, de se planejar, de preparar a comunidade para esse novo momento é de suma importância. Afinal, trata-se de uma reforma, de uma mudança, de uma nova política educacional, de se desenvolver uma nova cultura no país com o incremento de uma formação da sociedade. Então, como ocorrerá essa reforma mesmo, ainda é uma grande incógnita na mente da população, e, principalmente dos professores e

alunos. E os currículos e a estrutura organizacional das escolas. Acreditamos que muitas águas ainda vão rolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96, art. 26 de 20 de dezembro de 1996.

Correa, D. R. (2016). A base e o edifício, balanço e apontamentos sobre a fortuna crítica da BNCC. *Revista Do Lhiste*, 3, 80–85.

Ferretti, C. J., & Ferretti, C. J. (2017). A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, 32(93), 25–42.

<https://doi.org/10.5935/0103-4014.20180028>

Frangella, R. de C. P., & Dias, R. E. (2018). Os sentidos de docência na BNCC: efeitos para o currículo da educação básica e da formação/atuação de professores. *Educação Unisinos*, 22(1). <https://doi.org/10.4013/edu.2018.221.01>

Silva, K. C., & Boutin, A. C. (2018). Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. *Educação (UFSM)*, 43(3), 521. <https://doi.org/10.5902/1984644430458>